

A Certificação Digital e a Ordem dos Advogados do Brasil

Através do Provimento nº 97/2002, a Ordem dos Advogados do Brasil instituiu a infra-estrutura das chaves públicas na entidade. A OAB tornou-se Autoridade Certificadora e, atualmente, confere aos advogados o certificado A3, dotado de alto padrão de segurança, uma vez que obriga a presença do advogado na Autoridade de Registro, entidade vinculada à sua respectiva Autoridade Certificadora, responsável pelo credenciamento dos usuários. A certificação será obtida mediante a posse da nova carteira emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil, munida de *chip* eletrônico e das chaves, pública e privada, através de um leitor de cartão, a ser adquirido pelo advogado.

A medida tecnológica promete inovações jamais vistas: reduzir o número de autos impressos que atualmente inundam os cartórios e geram lentidão nas tramitações processuais, aprimorando, portanto, o trabalho do serventuário; permite ao advogado praticar atos sem sair de seu escritório ou de sua casa; e confere segurança digital para as assinaturas eletrônicas que, apesar de já existirem, haja vista o exemplo do Pretório Excelso, não possuíam segurança adequada e não unificavam todos os tribunais. A unificação das assinaturas eletrônicas, por meio das certificações digitais conferidas pela Ordem dos Advogados do Brasil como Autoridade Certificadora, inaugura uma nova era no processo judicial digital brasileiro.

É evidente que, como toda e qualquer novidade, o processo digital e, mais ainda, a certificação digital, sejam alvo de discussões. Importante dirimir todas as dúvidas, haja vista ser uma inovação, portanto, nunca praticada no Brasil. Questionamentos diversos já se fazem acerca do processo digital. Se o processo físico for abolido, isso obrigará todo advogado a possuir, no mínimo, um computador e uma impressora, caso queira peticionar de qualquer lugar. Outra dúvida faz-se presente no que se refere aos anexos das peças. Documentos que não podem ser digitalizados por meio de *scanner*, como poderão ser acostados às peças eletrônicas? E com relação à possibilidade dos processos digitais sofrerem ataques de *hackers*? Haverá *backup* físico ou apenas eletrônico?

As mesmas dúvidas aplicam-se à certificação digital, principalmente com relação à segurança. No entanto, todo instrumento cujo objetivo é facilitar o exercício das funções de cada cidadão é válido. Todo o início possui dificuldades. Resta evidente que não se podem criar normas legais, instituindo determinadas práticas, sem oferecer possibilidades reais aos seus usuários. O poder de compra de computadores, por exemplo, deve ser estendido a todos os advogados. O processo digital em funcionamento conjunto com a certificação digital, agora conferida pela Ordem dos Advogados do Brasil, vai garantir aos operadores do Direito uma ferramenta poderosa e facilitadora para o bom exercício da advocacia.

MAGALHÃES, B. B. Disponível em: <http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/5975/>. Acesso em: 30/11/2010. Adaptado.

1. Em relação ao texto, é **correto** o que se afirma em:

- As dificuldades inerentes às novas práticas jurídicas oferecem, em contrapartida, reais possibilidades de certificação digital.
- Por meio da certificação emitida pela OAB, os tribunais vão poder unificar as assinaturas eletrônicas.
- Conforme prevê o Provimento n. 97/2002, a certificação emitida pelo advogado é dotada de alto padrão de segurança.
- Tanto a adoção do processo digital quanto a adoção da certificação digital têm gerado dúvidas.

2. Assinale a alternativa que melhor resume o texto.

- A autoridade Certificadora, representada pela OAB, confere ao advogado a autorização para assinar eletronicamente e com segurança documentos digitalizados em papel A3. Mesmo havendo muitas dúvidas, essa mudança veio para ficar e vai revolucionar o trabalho nos tribunais.
- A certificação digital fornecida pela OAB serve para reduzir o número de processos impressos que sobrecarregam os cartórios e para agilizar a tramitação dos mesmos. Sem sair de casa, o advogado poderá assinar eletronicamente petições e outros documentos, com a mesma segurança alcançada pelo Pretório Excelso. Acrescentam-se a isso inúmeras inovações, cujo alcance e segurança somente serão avaliados com o passar do tempo.
- A assinatura digital vai revolucionar a atuação do advogado, permitindo que ele atue nos tribunais e nos processos eletrônicos sem ter que se deslocar até os tribunais. Além disso, o processo digital associado à certificação digital vai garantir um serviço muito mais ágil, facilitando os serviços dos advogados.
- A OAB está credenciada a fornecer certificados digitais aos advogados. Tal certificação é uma inovação que dará agilidade na tramitação de processos, unificará as assinaturas eletrônicas nos Tribunais, entre outras vantagens. Mesmo assim, o processo digital e a certificação digital não estão livres de algumas incertezas, principalmente aquelas relacionadas à abolição do processo físico e à segurança da assinatura eletrônica.

3. Em relação ao texto, é **correto** afirmar que:

- A frase “O poder de compra de computadores, por exemplo, deve ser estendido a todos os advogados” dá a entender que existem advogados sem condições econômicas para adquirir um computador e uma impressora.
- Se antes havia dúvidas sobre a segurança do processo digital e da certificação digital, isso deixou de existir à medida que a OAB assumiu a condição de Autoridade Certificadora.
- A Certificação Digital emitida pela OAB somente será válida se o advogado adquirir um *chip*, público ou privado, e um leitor de cartões.
- Antes de a OAB fornecer a certificação digital, as assinaturas eletrônicas já eram usadas no Pretório Excelso, com igual padrão de segurança adequada.

4. Sobre o texto, é possível deduzir que:

- O autor assume posição favorável à certificação digital fornecida pela OAB.
- A certificação digital conferida pela OAB impedirá a ação dos *hackers* nos processos físicos que inundam os cartórios.
- Entre as inovações tecnológicas previstas com a adoção da certificação digital em processos eletrônicos, destaca-se a possibilidade de o réu ser julgado à revelia.
- Todos os advogados, para poderem continuar atuando nos tribunais, deverão providenciar uma nova carteira fornecida pela OAB.

5. Assinale a alternativa em que a substituição do termo destacado pela expressão sugerida entre parênteses mantém o sentido original do texto.

- “Se o processo físico for abolido, isso obrigará todo advogado a possuir, no mínimo, um computador e uma impressora, **caso queira** peticionar de qualquer lugar.” (quando quiser)
- “Documentos que não podem ser digitalizados por meio de *scanner*, como poderão ser **acostados** às peças eletrônicas?” (excluídos)
- “**No entanto**, todo instrumento cujo objetivo é facilitar o exercício das funções de cada cidadão é válido.” (Não obstante)
- “**É evidente que**, como toda e qualquer novidade, o processo digital e, mais ainda, a certificação digital, sejam alvo de discussões.” (Indiscutivelmente)

6. Assinale a frase que está de acordo com as normas da língua portuguesa padrão.

- “Por definição o homem tem necessidade de se vincular, de pertencer e por tanto, se envolver, se implicar naquilo que faz e nas suas relações afetivas.”
- “Foi surpreendente a quantidade de advogados que vieram participar, aprender na prática e conhecer essas inovações que vai facilitar o acesso da população e a transparência de todas as ações.”
- “Os analistas de sistemas são profissionais cujas atividades estão ligadas à localização de problemas e à oferta de soluções em matéria de computadores, programas, fluxo de informações e redes internas.”
- “A partir daí, o serventuário competente acosta aquela petição aos autos do processo, certificam a juntada e encaminham os autos ao Juiz, que permanecem conclusos até a apreciação pelo magistrado.”

7. Assinale a frase em que os termos destacados estão **corretamente** empregados.

- Promoveu um evento grandioso em setembro deste ano **onde** gastou um fortuna.
- O meu engenheiro é um cidadão **em cuja** capacidade podemos confiar.
- Certificou **a** seus superiores no Ministério **de que** a Comissão de Licitações estava prestes **s** pedir demissão.
- Prefiro ficar sozinho **do que** perdoar **os que** me deixaram neste estado deplorável de dependência física.

8. Quanto à concordância verbal, **todas** as frases estão corretas, **exceto a**:
- Devem haver mais de vinte acusações de extorsão, sem que a polícia, até o momento, tenha conseguido identificar nenhum dos envolvidos.
 - Depois vieram muitos estrangeiros para trabalhar nas fazendas que havia ao longo de todo o litoral.
 - Os dois milhões de habitantes que a pesquisa do IBGE afirma existirem no Vale do Rio do Peixe serão objeto de uma ampla análise em breve.
 - Para melhor acolher a todos os visitantes, podem-se usar, por exemplo, os quartos do andar inferior.

9. Uma regra é uma ação que o Microsoft Outlook 2007 executa automaticamente nas mensagens de email enviadas ou recebidas. A ação baseia-se nas condições especificadas no Assistente de Regras e Alertas

Sobre o Assistente de Regras e Alertas do Microsoft Outlook 2007, é **CORRETO** afirmar que:

- O Assistente de Regras e Alertas permite que o usuário defina uma regra para mover todas as mensagens de email recebidas de uma pessoa para uma pasta que não seja a Caixa de Entrada.
- O Assistente de Regras e Alertas permite ao usuário, após a criação de uma regra, que faça o Outlook 2007 executá-la imediatamente, clicando no botão "Executar Regras Agora...", selecionando a(s) regra(s) desejada(s) e clicando no botão "Executar agora".
- O Assistente de Regras e Alertas permite que o usuário defina uma regra para que o Outlook 2007 toque um som quando receber uma mensagem de alguém.
- O Assistente de Regras e Alertas não permite que o usuário copie regras.

A sequência correta é:

- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- Apenas a assertiva I está correta.
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.

10. Analise a planilha a seguir:

	A	B	C	D	E	F
1						
2	Cliente	R\$ em Compras	Valor do Desconto		Tabela de Descontos	
3	João	300,00	3,00		R\$ em Compras	% Desconto
4	José	1.700,00	119,00		0,00	1%
5	Adauto	50,00	0,50		500,00	3%
6	Eliane	900,00	27,00		1.000,00	6%
7	Jonas	300,00	3,00		1.500,00	7%

Baseado no valor das compras do cliente e na tabela de descontos, qual a fórmula que localizará a porcentagem na tabela de descontos e calculará o valor do desconto da célula C3 e que deverá ser copiada para as células C4, C5, C6 e C7?

- =PROCV(B3;E\$4:F\$7;2)*B3
- =B\$3*\$F\$4
- =SOMASE(E4:E7;3)
- =SE(B3>300;1%;SE(B3>500;3%;SE(B3>1000;6%;SE(B3>1500;7%)))*)*B3

11. Um arquivo é uma estrutura usada pelo computador para armazenar dados. Seu nome é dividido em duas partes, separadas por um ponto. Na primeira parte tem-se o nome do arquivo e na segunda, uma extensão que indica o tipo do arquivo. Sobre as extensões dos arquivos, é **CORRETO** afirmar:

- As extensões docx e rtf são, respectivamente, extensões padrão criadas pelos processadores de texto do Microsoft Office e BOffice.
- As extensões bmp, jpg, gif, png e tif correspondem a arquivos de imagens.
- A extensão dll corresponde a arquivos de bibliotecas do sistema operacional Windows
- As extensões de arquivos rar e zip correspondem a arquivos compactados.

A sequência correta é:

- Apenas a assertiva III está correta.
- Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

12. Analise e assinale a opção que completa a descrição a seguir:

Um software é um conjunto de _____ que, quando executadas, produzem a função e o desempenho desejados; _____ que possibilitam que os programas manipulem adequadamente a informação; e _____ que descrevem a operação e o uso dos programas.

- informações – instruções – manuais
- interfaces – instruções – documentos
- instruções – estruturas de dados – documentos
- janelas – informações – relatórios

13. Dentro os recursos de segurança para proteção das unidades e dos dados armazenados em seu microcomputador, utilizando o sistema operacional Windows 7 nas versões Ultimate e Enterprise, é possível utilizar-se do Sistema de Arquivos com Criptografia (EFS) e a Criptografia de Unidade de Disco BitLocker. Com base nestes recursos **É INCORRETO** afirmar que:

- O BitLocker pode ser usado para criptografia de arquivos pessoais e de sistema, em uma determinada unidade do sistema operacional, em unidades de dados fixas e em unidades de dados removíveis informações – instruções – manuais.
- O EFS pode ser usado para criptografar pastas e arquivos pessoais individualmente, mas não criptografa o conteúdo total de uma unidade.
- O EFS criptografa arquivos somente da conta de usuário à qual está associado.
- O BitLocker não exige e nem usa nenhum hardware especial como suporte para criptografar uma determinada unidade do sistema operacional.

14. As Bibliotecas de todas as versões do Windows 7 funcionam como uma vitrine de arquivos, ou seja, eles continuam armazenados no local de origem, mas podem ser exibidos nestas Bibliotecas. Qual dos recursos abaixo, mesmo quando conectado e disponível no painel de navegação, **NÃO PERMITE** que seus arquivos sejam incluídos em uma biblioteca?

- Mídias removíveis tais como CD ou DVD.
- Unidade Flash conectadas pela USB.
- Unidade C ou disco rígido principal.
- Unidade de disco rígido adicional ou externa.

15. Assinale a alternativa correta:

- Em Brasília está localizada a sede do Conselho Federal de Medicina, com jurisdição em todo o território nacional, ao qual ficam subordinados os Conselhos Regionais, exceto o do Distrito Federal.
- Em Brasília está localizada a sede do Conselho Federal de Medicina, com jurisdição em todo o território nacional, ao qual ficam subordinados os Conselhos Regionais.
- Em Brasília está localizada a sede do Conselho Federal de Medicina, com jurisdição em todo o território nacional, ao qual ficam subordinados os Conselhos Regionais de Medicina e Enfermagem.
- Em Brasília está localizada a matriz do Conselho Federal de Medicina, com jurisdição em todo o território nacional, ao qual ficam subordinados os Conselhos Regionais, exceto o do Distrito Federal.

16. Assinale a alternativa correta:

- O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina constituem-se em seu conjunto uma autarquia, sendo aquele dotado de personalidade jurídica de direito público e este de personalidade de direito privado.
- O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina constituem-se em seu conjunto uma autarquia, ambos dotados de personalidade jurídica de direito público, este último sem autonomia administrativa e financeira.
- O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina constituem-se em seu conjunto uma autarquia, ambos dotados de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.
- O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina constituem-se em seu conjunto uma autarquia, ambos dotados de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira.

17. Assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Federal de Medicina compor-se-á de 27 (vinte e sete) conselheiros titulares, sendo, 1 (um) representante de cada Estado da Federação; 1 (um) representante do Distrito Federal; 1 (um) representante e respectivo suplente indicado pela Associação Médica Brasileira.
- b) O Conselho Federal de Medicina compor-se-á de 29 (vinte e nove) conselheiros titulares, sendo, 1 (um) representante de cada Estado da Federação; 1 (um) representante do Distrito Federal; 2 (dois) representantes e respectivos suplentes indicados pela Associação Médica Brasileira.
- c) O Conselho Federal de Medicina compor-se-á de 28 (vinte e oito) conselheiros titulares, sendo, 1 (um) representante de cada Estado da Federação; 1 (um) representante do Distrito Federal; 1 (um) representante e respectivo suplente indicado pela Associação Médica Brasileira.
- d) O Conselho Federal de Medicina compor-se-á de 26 (vinte e seis) conselheiros titulares, sendo, 1 (um) representante de cada Estado da Federação; 1 (um) representante do Distrito Federal; 1 (um) representante e respectivo suplente indicado pela Associação Médica Brasileira.

18. Assinale a alternativa correta:

- a) Os Conselheiros e respectivos suplentes do Conselho Federal de Medicina – CFM, representantes dos Estados, serão escolhidos por escrutínio aberto e maioria de votos, presentes no mínimo 20% (vinte por cento), dentre os médicos regularmente inscritos em cada Conselho Regional.
- b) Os Conselheiros e respectivos suplentes do Conselho Federal de Medicina – CFM, representantes dos Estados e do Distrito Federal, serão escolhidos por escrutínio aberto e maioria de votos, presentes no mínimo 20% (vinte por cento), dentre os médicos regularmente inscritos em cada Conselho Regional.
- c) Todos Conselheiros e respectivos suplentes do Conselho Federal de Medicina – CFM serão escolhidos por escrutínio secreto e maioria de votos, presentes no mínimo 20% (vinte por cento), dentre os médicos regularmente inscritos em cada Conselho Regional.
- d) Os Conselheiros e respectivos suplentes do Conselho Federal de Medicina – CFM, representantes dos Estados e do Distrito Federal, serão escolhidos por escrutínio secreto e maioria de votos, presentes no mínimo 20% (vinte por cento), dentre os médicos regularmente inscritos em cada Conselho Regional.

19. Assinale a alternativa correta:

- a) Os médicos legalmente habilitados ao exercício da profissão só poderão desempenhá-lo efetivamente depois de inscreverem-se no Conselho Federal de Medicina.
- b) O pedido de inscrição do médico deverá ser dirigido ao Secretário Geral do competente Conselho Regional de Medicina que desejar atuar prioritariamente.
- c) Os médicos legalmente habilitados ao exercício da profissão só poderão desempenhá-lo efetivamente depois de inscreverem-se nos Conselhos Regionais de Medicina que jurisdicionarem a área de sua atividade profissional.
- d) O pedido de inscrição do médico deverá ser dirigido ao Presidente do Conselho Federal de Medicina.

20. Assinale a alternativa correta:

- a) O pedido de inscrição do médico não será denegado quando não tiver sido satisfeito o pagamento relativo à taxa de inscrição correspondente.
- b) Para todos os Conselhos Regionais de Medicina serão uniformes as normas de processar os pedidos de inscrição, os registros e as expedições da Carteira Profissional, valendo esta como prova de identidade e cabendo ao Conselho Federal de Medicina, disciplinar a matéria, por atos resolutórios.
- c) O pedido de inscrição do médico será denegado quando tiver sido satisfeito o pagamento relativo à taxa de inscrição correspondente.
- d) Para todos os Conselhos Regionais de Medicina serão uniformes as normas de processar os pedidos de inscrição, os registros e as expedições da Carteira Profissional, não valendo esta como prova de identidade civil e cabendo ao Conselho Federal de Medicina, disciplinar a matéria, por atos resolutórios.

21. Assinale a alternativa correta:

- a) O médico, sem exceção, guardará sigilo a respeito das informações de que detenha conhecimento no desempenho de suas funções.
- b) A fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas no Código de Ética Médica é atribuição dos Conselhos de Medicina, das comissões de ética e dos médicos em geral.
- c) O médico não poderá ser solidário com os movimentos de defesa profissional que tenham por objetivo a remuneração digna e justa.
- d) O médico pode, dependendo da circunstância, renunciar à sua liberdade profissional, permitindo, conforme o caso, restrições ou imposições que possam prejudicar a eficiência de seu trabalho.

22. Assinale a alternativa correta:

- a) A sindicância para apurar possível infração ética poderá, entre outras, ser instaurada pela Comissão de Ética Médica que tiver ciência do fato com supostos indícios de infração, devendo esta informar, de imediato, tal acontecimento ao Conselho Federal de Medicina.
- b) Instaurada a sindicância para apurar possível infração ética, será nomeado um Sindicante para, no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por no máximo mais 15 (quinze) dias, apresentar relatório com a descrição dos fatos, identificação das partes e evitando fazer conclusões sobre a existência ou não de indícios de infração ética.
- c) A sindicância para apurar possível infração ética poderá, entre outras, ser instaurada *ex officio* ou mediante denúncia por escrito ou tomada a termo, na qual conste o relato dos fatos e a identificação completa do denunciante.
- d) A critério do Conselheiro Sindicante será facultada a conciliação de denúncias de possível infração ao Código de Ética Médica, bastando que uma das partes concorde, até o encerramento da sindicância.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) Decidida a instauração de Processo Ético Profissional, o Presidente do Conselho ou o Conselheiro Corregedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para nomear o Conselheiro Instrutor, o qual terá 120 (cento e vinte dias) dias para instruir o processo, podendo esse prazo ser prorrogado.
- b) Durante a instrução de Processo Ético Profissional, mesmo surgindo novos fatos ou evidências, o Instrutor não poderá inserir outros artigos não previstos na capitulação inicial.
- c) Após a instauração de Processo Ético Profissional, o mesmo poderá ser arquivado por desistência das partes, quando então será extinto o feito.
- d) O Conselheiro Instrutor do Processo Ético Profissional promoverá, ao denunciado, citação para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de juntada do aviso de recebimento, assegurando-lhe vistas dos autos do processo na secretaria do Conselho ou fornecendo-lhe cópia da íntegra dos autos.

24. Assinale a alternativa correta:

- a) A petição inicial para a execução da dívida ativa e a Certidão de Dívida Ativa não poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico, onde a produção de provas pela Fazenda Pública dependerá de requerimento na petição inicial.
- b) Após a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- c) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
- d) A inscrição da dívida ativa, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

25. Leia atentamente as proposições abaixo e assinale a que se apresentar correta:
- Segundo o princípio da interpretação conforme a Constituição, o intérprete, para conformar determinada norma infraconstitucional com o texto da Constituição, pode criar nova regra, distinta daquela objetivada pelo legislador, ainda que lhe seja contraditória.
 - É assegurada a liberdade de reunião para fins lícitos, resultando de tal direito a dispensa de autorização do Poder Público e a exigência de prévio aviso à autoridade competente.
 - As normas constitucionais de eficácia redutível ou restringível são aquelas que têm aplicabilidade imediata, plena, isto é, produzem desde logo seus efeitos, mas podem ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional.
 - Não compete ao STF julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra atos das Mesas da Câmara dos Deputados.
26. Leia atentamente as proposições abaixo e assinale a que se apresentar correta:
- Descabe ação direta de inconstitucionalidade de leis municipais em face da constituição de determinado Estado da Federação, pois, em sede de controle concentrado, o parâmetro deve ser a Constituição Federal.
 - Os regimentos internos dos tribunais, por estarem revestidos de caráter normativo, estão sujeitos ao controle concentrado de constitucionalidade.
 - A superveniente revogação, total ou parcial, da norma impugnada em sede de ADI, não provoca situação de prejudicialidade, pelo que deve a ação prosseguir para solução dos efeitos residuais concretos que possam ter sido gerados pela aplicação da norma revogada.
 - As leis municipais podem ser confrontadas com a lei orgânica de determinado município, para efeito de controle concentrado de constitucionalidade.
27. Leia atentamente as proposições abaixo e assinale a que se apresentar **INCORRETA**:
- Não é possível a revogação de processo licitatório, pela Administração Pública, antes do início da fase de qualificação das propostas, ainda que existam fatores supervenientes que recomendem a prática do ato discricionário.
 - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
 - A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
 - Cabe ao Poder Judiciário verificar a regularidade dos atos normativos e de administração do poder público em relação às causas, aos motivos e à finalidade que os ensejam.
28. Leia atentamente as proposições abaixo e assinale a que se apresentar correta:
- Subordinam-se ao regime das licitações, além de outras entidades previstas em lei, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - O servidor ou dirigente do órgão licitante pode participar, excepcionalmente, da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.
 - Nos casos em que couber convite, a Administração Pública não pode servir-se de qualquer outra modalidade de licitação.
 - Tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
29. Assinale a alternativa que contém a sequência correta, prevista na Lei n. 8.666/93, para a execução de obras e prestação de serviços:
- Projeto executivo, execução de obras e serviço e projeto básico.
 - Projeto básico, projeto executivo e execução de obras e serviço.
 - Projeto executivo, projeto básico e execução de obras e serviço.
 - Projeto básico, execução de obras e serviço, projeto executivo.
30. Leia atentamente as proposições abaixo e assinale a que se apresentar **INCORRETA**:
- O herdeiro daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.
 - A configuração do ato de improbidade administrativa, na hipótese de violação a princípios da Administração Pública, prescinde da demonstração de dolo ou culpa.
 - Pode o Judiciário interferir na esfera de atuação do Poder Executivo para o controle de atos discricionários, quando, nesse exame, verificar-se a manifesta ilegalidade do ato.
 - As penas previstas na Lei de Improbidade podem ser cumuladas ou não, de acordo com a gravidade do ato praticado.
31. De acordo com a **Consolidação das Leis do Trabalho, Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST**, é **ERRADO** afirmar:
- Só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira, sem exceção, quando homologado pelo Ministério do Trabalho.
 - É desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.
 - É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.
 - Na ação de equiparação salarial, a prescrição é parcial e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento.
32. De acordo com a **Consolidação das Leis do Trabalho, Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST**, sobre a estabilidade da Gestante e do Dirigente Sindical, analise as afirmativas abaixo:
- O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
 - A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade.
 - O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, salvo se trabalhado, não lhe assegura a estabilidade.
 - O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
 - Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade.
- Estão corretas apenas as afirmações:
- II, III e IV estão corretas.
 - Todas as afirmativas estão corretas.
 - II, IV e V estão corretas.
 - Todas as afirmativas estão erradas.
33. De acordo com a **Consolidação das Leis do Trabalho, Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST**, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**:
- Havendo termo estipulado, o empregado não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.
 - A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso.
 - É devido o aviso prévio na despedida indireta.
 - O direito ao aviso prévio é renunciável pelo empregado.
 - Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.
- A sequência **correta**, de cima para baixo, é:
- V – V – V – F – V
 - F – V – V – F – V
 - V – F – V – F – F
 - V – F – F – V – V

34. É correto afirmar (marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**).
- () Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
 - () Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato.
 - () Em caso de necessidade de serviço, com ou sem anuência, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato.
 - () Nos contratos por prazo determinado o tempo de afastamento não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.
 - () A suspensão por mais de 30 (trinta) dias consecutivos importa na rescisão por justa causa do empregado.
- A sequência **correta**, de cima para baixo, é:
- a) V – V – F – F – F
 - b) F – V – V – F – V
 - c) V – F – F – V – V
 - d) V – F – V – F – F
35. Assinale a alternativa correta:
- I. O direito processual civil tem sofrido significativa influência do direito constitucional.
 - II. O direito de ação é público, subjetivo e instrumental.
 - III. A competência territorial nas ações civis públicas possui natureza relativa.
 - IV. A prorrogação da competência pode ocorrer junto às normas de competência absoluta.
 - V. Não existe divergência a respeito da existência do litisconsórcio ativo necessário.
- a) Alternativas I e III estão corretas.
 - b) Todas as alternativas estão corretas.
 - c) Alternativas I e II estão corretas.
 - d) Alternativas I, II e III estão corretas.
36. Com base no Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- I. Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
 - II. Duas ou mais pessoas podem litigar no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
 - III. O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
 - IV. Salvo disposição em contrário, os litisconsortes não serão considerados em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e omissões de um a todos aproveitará.
 - V. A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição, mas ao assistente é vedado formular pretensão.
- a) Todas as alternativas estão corretas
 - b) Alternativas I, II e III estão corretas
 - c) Alternativas I e III estão corretas
 - d) Alternativas I e II estão corretas
37. Assinale a alternativa correta:
- a) A capacidade do índio será regulada por legislação especial.
 - b) Decorrido 1 (um) ano da arrecadação dos bens do ausente, ou se ele deixou representante ou procurador, em se passando 3 (três) anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
 - c) A discussão quanto ao direito à imagem é personalíssima, não sendo transmitida aos herdeiros daquele que teve sua imagem violada.
 - d) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendido o prenome e o sobrenome.
38. Assinale a alternativa incorreta:
- a) Desaparecendo uma pessoa de seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz a requerimento exclusivo do Ministério Público declarará a ausência e lhe nomeará curador.
 - b) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou se fato, por mais de 2 (dois) anos antes da declaração de ausência será nomeado o seu legítimo curador.
 - c) Na ausência de cônjuge, a curadoria dos bens aos pais ou aos descendentes, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.
 - d) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só terá efeito 180 (cento e oitenta) dias depois de publicada pela imprensa, mas logo que passe em julgado proceder-se-á a abertura do testamento, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.
39. No tocante aos crimes contra a saúde pública, pode-se afirmar que:
- a) O agente que cometer qualquer dos crimes contra a saúde pública poderá ser punido por dolo ou por uma das modalidades da culpa, qual seja, negligência, imperícia ou imprudência.
 - b) Ao agente que exerce, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou exercendo os limites, será aplicada a pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.
 - c) A infração de medida sanitária preventiva é aumentada de 2/3 (dois terços), se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.
 - d) Com exceção do crime de Epidemia, descrito no artigo 267 do Código Penal, os outros crimes contra a saúde pública se resulta lesão corporal de natureza grave, a pena privativa de liberdade é aumentada de ½ (metade); se resulta morte, é aplicada em dobro.
40. Relacionado aos crimes contra a administração pública, pode-se afirmar que:
- a) Comete crime de denunciação caluniosa quem da causa, exclusivamente, a instauração de investigação policial ou de processo judicial, contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
 - b) O crime de exercício arbitrário das próprias razões é de ação privada se não há emprego de violência.
 - c) No peculato culposo, se a reparação do dano precede a sentença irrecorrível, reduz a pena imposta em 1/2 (um meio).
 - d) O agente que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, pratica a conduta de concussão.

PROVA DISCURSIVA

Cada uma das questões teóricas e/ou práticas deverá ser respondida sob forma de dissertação e com no mínimo 10 (dez) linhas e no máximo 15 (quinze) linhas, sob pena de ser atribuída nota zero àquelas que não atenderem ao referido quantitativo mínimo/máximo de linhas.

1. Leia atentamente o problema proposto a seguir e responda o que se pede, fundamentada e objetivamente, em no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) linhas. Considere, para a resposta, a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema:
2. É possível a equiparação salarial de trabalho intelectual? Discorra sobre, apresentando a devida fundamentação jurídica, de acordo com o previsto na CLT e Súmulas do TST.

Um determinado Prefeito Municipal adquiriu produtos médicos de certa pessoa jurídica sem o competente processo licitatório. O Tribunal de Contas do Estado, em ato fiscalizatório, apurou uma série de irregularidades, confirmando prejuízo ao erário na ordem de R\$ 20.000,00. O Ministério Público Estadual, tendo em vista tais fatos, deflagrou ação civil por improbidade administrativa contra a empresa e o Prefeito, pedindo que lhes fossem aplicadas as sanções da Lei n. 8.429/92, ante a violação de princípios da Administração Pública. Após regular notificação, a ação foi recebida na instância *a quo* e os réus foram citados. Em sua defesa, alegaram que, apesar de inexistir licitação, os medicamentos foram entregues ao Poder Público e, dessa forma, não houve dano ao erário. Disseram ainda que os medicamentos foram adquiridos em caráter emergencial, pelo que foi dispensada a licitação. Entenderam não ter agido de má-fé, o que afastaria o dolo e a tipificação do ato de improbidade. Contudo, nos autos verificou-se inexistir dispensa de licitação motivada. Responda os seguintes questionamentos: a) para a configuração do ato de improbidade administrativa pela violação de princípios da Administração Pública era imprescindível a ocorrência de dano ao erário? Fundamente; b) indique a atual orientação do Superior Tribunal de Justiça acerca da necessidade ou não de demonstração da ocorrência de dolo ou culpa para a tipificação da improbidade na hipótese de violação a princípios administrativos; c) aponte a distinção entre ilegalidade e improbidade administrativa.